



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

PARECER JURÍDICO

Objeto: Emenda Modificativa nº 02/2022 – Projeto de Lei Complementar nº 44/2022

Autor: Comissão Permanente de Finanças e Orçamento

Ementa: Altera o dispositivo do Projeto de Lei Complementar nº 44/2022 que altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 1.971/2020, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Juína, Estado de Mato Grosso – PREVI-JUÍNA, e dá outras providências.

I – DO RELATÓRIO

Foi encaminhada a Emenda Modificativa nº 02/2022 – Projeto de Lei Complementar nº 44/2022, para análise e emissão de parecer jurídico.

Em suas considerações a Comissão justifica que a emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 44/2022 tem como base, substancialmente, em adequar a propositura às normas de técnica legislativa, em especial ao que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95/1998.

É o sucinto relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

De proêmio, importante destacar que o exame da Assessoria Jurídica da Presidência, em substituição legal à Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína, cinge-se tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.

II.1 – Da emenda ao projeto de lei e dos limites do poder de emenda



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, em seus artigos 59 a 69, regula o Processo Legislativo, devendo, conforme doutrina pátria, ser respeitadas por todos os entes federados, aplicando-se pelo princípio da simetria.

Pois bem, o artigo 63 da Constituição Federal traz as limitações ao Poder de Emenda a Projetos de Lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo:

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

Sendo as vedações restritas ao supracitado caso, a *contratio sensu*, depreende-se que a emenda será possível nas demais hipóteses, afinal, trata-se de função típica do legislativo, abrangendo não só a propositura de novas leis, mas também o poder de emendas em projetos de iniciativa parlamentar ou não.

Com efeito, deve-se interpretar de forma taxativa as exceções às funções típicas de cada Poder, sob pena de ferir-se o equilíbrio constitucional do "*checks and balances system*" (sistema de freios e contrapesos), não se podendo o interprete distinguir onde o texto constitucional não o fez, mormente para ceifar o debate democrático pelos representantes do povo.

Nesta senda, verifica-se que não há limitação absoluta à possibilidade de emenda parlamentar a projetos de lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo. As limitações são pontuais e expressas, uma vez que preservam no âmbito do Poder Legislativo as discussões sobre os temas que serão objeto de regulamentação normativa.

Preservando-se, assim, a função legislativa, que deve ser exercida primordialmente pelo poder vocacionado para tanto, prestigiando-se os princípios republicano, e da separação de poderes.

O Supremo Tribunal Federal - STF já se manifestou acerca do Poder de Emenda pelo legislativo:



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

O exercício do poder de emenda, pelos membros do parlamento, qualifica-se como prerrogativa inerente à função legislativa do Estado - O poder de emendar - que não constitui derivação do poder de iniciar o processo de formação das leis - qualifica-se como prerrogativa deferida aos parlamentares, que se sujeitam, no entanto, quanto ao seu exercício, **às restrições impostas, em "numerus clausus", pela Constituição Federal.** - A Constituição Federal de 1988, prestigiando o exercício da função parlamentar, afastou muitas das restrições que incidiam, especificamente, no regime constitucional anterior, sobre o poder de emenda reconhecido aos membros do Legislativo. O legislador constituinte, ao assim proceder, certamente pretendeu repudiar a concepção legalista de Estado (RTJ 32/143 - RTJ 33/107 - RTJ 34/6 - RTJ 40/348), que suprimiria, caso prevalecesse, o poder de emenda dos membros do Legislativo. - **Revela-se plenamente legítimo, desse modo, o exercício do poder de emenda pelos parlamentares, mesmo quando se tratar de projetos de lei sujeitos à reserva de iniciativa de outros órgãos e Poderes do Estado, incidindo, no entanto, sobre essa prerrogativa parlamentar - que é inerente à atividade legislativa -, as restrições decorrentes do próprio texto constitucional (CF, art. 63, I e II), bem assim aquela fundada na exigência de que as emendas de iniciativa parlamentar sempre guardem relação de pertinência com o objeto da proposição legislativa"** (STF, Pleno, ADI nº 973-7/AP - medida cautelar. Rel. Min. Celso de Mello, DJ 19 dez. 2006, p. 34 -g.n.).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. IMPUGNAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 25 E DO CAPUT DO ARTIGO 46 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 836, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1997. DIPLOMA NORMATIVO QUE INSTITUIU O PLANO DE CARREIRA, VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS INEGRANTES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO AOS INCISOS IV E VI DO ARTIGO 84 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998, BEM COMO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES (ART. 2º DA C.F.). - **As normas constitucionais de processo legislativo não impossibilitam, em regra, a modificação, por meio de emendas parlamentares, dos projetos de lei enviados pelo Chefe do Poder Executivo no exercício de sua iniciativa privativa.** Essa atribuição do Poder Legislativo brasileiro esbarra, porém, em duas limitações: a) a impossibilidade de o parlamento veicular matérias diferentes das versadas no projeto de lei, de modo a desfigurá-lo; e b) a impossibilidade de as emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, ressalvado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 166, implicarem



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

aumento de despesa pública (inciso I do art. 63 da CF). No caso, a Lei Complementar nº 836/97 é fruto de um projeto de lei de autoria do próprio Governador do Estado de São Paulo e o impugnado parágrafo único do artigo 25, embora decorrente de uma emenda parlamentar, não acarreta nenhum aumento da despesa pública. Vício de inconstitucionalidade que não se verifica (...)” (STF, ADI 3.114-SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, 24-08-2005, v.u., DJ 07-04-2006, p. 15).

De igual modo, é o que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, Resolução nº 4/2016:

Art. 119. Emenda é a proposição apresentada como acessória de um Projeto.

Parágrafo único: As emendas são classificadas em: supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas, assim especificadas:

I – Emendas Supressivas é a proposição que manda suprimir, em parte ou no todo, o artigo, o parágrafo, o inciso, o item ou alínea do projeto;

II – Emendas Substitutivas é a proposição que é colocada em substituição em parte do Projeto;

III – Emenda Aditiva é a proposição que é acrescentada em partes do Projeto;

IV – Emenda Modificativa é a proposição que modifica a redação de parte do Projeto, sem que altere a sua substância.

Em sintonia com as considerações retro explanadas ao se analisar a emenda apresentada, verifica-se que a mesma guarda pertinência com a matéria versada não desfigurando o Projeto de Lei Complementar nº 44/2022. Deste modo, a Emenda não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo, está em consonância com o comando constitucional e da Lei Orgânica Municipal, não havendo qualquer óbice à sua análise e posterior deliberação.

II.2 – Da tramitação e votação

Preliminarmente, a propositura deverá ser submetida ao crivo da Comissão Permanente de **Legislação, Justiça e Redação**, sendo submetido ao Plenário, que se aprovada voltará para a Comissão para nova redação ao Projeto (art. 120, §1º, do Regimento Interno).

O *quórum* para aprovação será por maioria absoluta, através de processo de votação simbólico, em conformidade com o art. 67 da Lei Orgânica.



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

III – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, diante dos aspectos formais que cumpre examinar neste parecer, a Assessoria da Presidência, em substituição legal à Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal, do ponto de vista juridicidade e da boa técnica legislativa OPINA, s.m.j., pela viabilidade técnica da Emenda Modificativa nº 02/2022 ao Projeto de Lei Complementar nº 44/2022.

Impende destacar, que a emissão do presente parecer não substitui os pareceres das Comissões Permanentes. Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos nobres Edis.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Juína/MT, 27 de outubro de 2022.

MARCIA APARECIDA DAVID
OAB/MT 4.889-A - PORTARIA 51/2022
ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL